

COIMBRA

ENTREVISTA

“Esta Ordem nunca se vai inibir de falar”

Médicos Há cinco meses na liderança da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes confirma uma postura interventiva e não poupa críticas ao ministro da Saúde

Andrea Trindade

Diário de Coimbra (Prometeu uma SRC da Ordem dos Médicos interventiva e assim tem sido. Era disto que precisavam os médicos?)

Carlos Cortes Os médicos precisavam disto e de muito mais. Além de uma Ordem dos Médicos (OM) interventiva, os médicos e, sobretudo, os doentes, precisavam de um Ministério da Saúde actuante e interventivo nos muitos problemas de organização e nos problemas que advêm da situação económica e financeira complicada do país. Os doentes e os profissionais de saúde mereciam sim outro Ministério. A Ordem tem um papel importante, um papel regulador e de vigilância sobre a qualidade da prestação de cuidados de saúde e a formação médica. Quando existem problemas e deficiências, a OM tem obrigação de alertar atempadamente quem decide.

Que problemas e deficiências diagnosticou na região, ao longo destes cinco meses?

Há problemas que vêm do passado e têm a ver com a questão das fusões hospitalares. A do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), que é provavelmente a mais importante do país, e a do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) são das que merecem a nossa maior atenção na região. O CHBV tem problemas complicados na própria prestação de cuidados



Carlos Cortes: “A Ordem dos Médicos não é a casa só dos médicos mas da população em geral”

de saúde, já me pronunciei várias vezes sobre isso, todos os dias nos chegam relatos de colegas sobre a falta de condições no hospital - carências de recursos humanos e materiais - e dificuldade dos médicos poderem trabalhar de forma autónoma. É dos exemplos mais evidentes de desorganização hospitalar no país e isso foi reconhecido até pelo Conselho Nacional Executivo da Ordem. Neste momento estão a ser avaliados, do ponto de vista da formação, todos os serviços.

Vão retirar idoneidades formativas ao hospital?

Depois dos colégios de especialidade fazerem uma avaliação rigorosa poderei responder a

isso. Mas, neste momento, posso dizer que há serviços que vão ter dificuldades em manter a sua formação e isso pode significar um retrocesso de qualidade desse serviço, mas não posso fazer uma análise precipitada. Oncologia já perdeu idoneidade formativa e o próprio director de serviço reconheceu que havia um problema de formação; os internos foram reencaminhados para outros hospitais do país.

No CHUC, as preocupações da Ordem têm também a ver com a formação de médicos?

Não só. Estamos a avaliar o que está a acontecer no CHUC, é uma centralização muito mais complexa, não temos o

trabalho concluído, mas há problemas graves nos serviços que estão a ser unificados em cada especialidade, um esvaziamento que não foi devidamente preparado no Hospital Geral e, também, problemas de formação graves para os quais já alertámos a direcção clínica, com quem desencadeámos um diálogo importante. Já estive em vários serviços do CHUC e conto ir a mais ainda - uma das coisas que tinha prometido era visitar as instituições e perceber a sua realidade, falando com os médicos. O resultado do nosso trabalho será enviado ao Conselho de Administração do CHUC, à Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) e ao Ministério da

Saúde, que devem encontrar as soluções, mas é importante que a população tenha conhecimento dos problemas.

É pela defesa dos utentes que a Ordem tem também de se afirmar?

Aquilo que eu estou a fazer hoje na Ordem é exactamente aquilo que queria fazer e que prometi durante a campanha eleitoral. Queria que a sociedade civil percebesse que a Ordem dos Médicos não é a casa só dos médicos mas da população em geral, que pode encontrar aqui alguém que a

Estamos a fazer o estudo de viabilidade económica,

que não existia, da Aldeia do Médico

possa apoiar no que diz respeito à saúde. A Ordem dos Médicos é a Provedora da Saúde, dos Médicos e dos Doentes. Temos vindo a organizar diversas tertúlias, criámos o gabinete de apoio ao doente - que também nos permite ter conhecimento de problemas ou deficiências no sistema de saúde e motivou a organização e circuitos de resposta a eventuais queixas - e estamos a trabalhar com associações de doentes. É importante perceber junto dos profissionais, e também dos doentes, o que não está a correr bem nos serviços de saúde.

Como têm desenvolvido o apoio ao médico?

Temos também apostado no

gabinete de apoio ao médico, para tentar dar uma resposta o mais eficiente possível, e o nosso gabinete jurídico vai inclusive ser reforçado nesse sentido. Vamos desenvolver a área da mediação de conflitos, com o objectivo de evitar a agudização de conflitos e a necessidade de resolução nos tribunais, entre profissionais, doentes e profissionais, etc.. Mantivemos as valências que existiam no Projecto de Apoio Integral aos Médicos (PAIM) e estamos preocupados com as questões que dizem respeito ao fenómeno de “burnout”, que acontece cada vez mais nos profissionais de saúde, sobrecarregados com a exigência de produção, com a reestruturação de serviços, e sujeitos à pressão de uma actividade que é das mais monitorizadas.

Tem criticado bastante a aplicação informática PEM, mas há médicos que insistem na sua mais-valia e até duvidam do inquérito que recentemente a SRC realizou.

O diagnóstico da PEM (Prescrição Electrónica Médica) já estava feito. O inquérito que fizemos não tem uma metodologia científica nem teve uma validação técnica, sabíamos das suas limitações, foi uma auscultação aos médicos para definirmos uma actuação e deu-nos ideia da gravidade do problema. O inquérito veio confirmar aquilo que a Ordem conhecia já no terreno, através das queixas apresentadas

“Lei da rolha é mais uma decisão grave” deste ministro da Saúde

Que Código de Ética é proposto pela tutela e porque o compara à “lei da rolha”?

A Ordem dos Médicos teve acesso, informalmente, a um código de ética para a saúde que tem vários pontos, os mais gravosos introduzem a censura, a “lei da rolha”, para impedir que os profissionais se possam pronunciar, opinar normalmente, como acontece em todos os sectores da sociedade, sobre o seu serviço de saúde, o seu hospital, o seu centro de saúde. Se este

código de ética entrar em vigor, a um médico será coartada a possibilidade de expressar a sua opinião ou uma crítica sobre o que está a acontecer no seu serviço. Estamos a falar de direitos fundamentais: da liberdade e da essência da democracia e já não apenas de política de saúde. Este é um ponto de ruptura com o ministro da Saúde que tem demonstrado ao longo do tempo, ele próprio, uma postura anti-ética em não querer aprovar um acto médico capaz de definir as competências dos

médicos, em não deixar funcionar as carreiras médicas, em destruindo o SNS que finge tentar salvar, em lançando campanhas contras os profissionais de saúde para desviar a atenção das decisões nefastas que toma.

Vão continuar a contestar esta proposta?

A “lei da rolha” é mais uma decisão grave, entre muitas que o ministro já tomou. Hoje, está claro que as decisões do ministro da Saúde são o maior en-

trave ao desenvolvimento do SNS, e é neste enquadramento que os médicos e os doentes deixaram de acreditar nele para desempenhar as suas funções. O ministro da Saúde nunca quis saber da opinião dos médicos sobre os problemas da saúde. Talvez seja altura dos médicos deixarem de colaborar com este ministério enquanto não mudar de atitude. Defenderei que as organizações médicas tomem medidas de contestação pública contra o ministério da Saúde para evitar a destruição defini-

tiva da saúde e do SNS que demoramos décadas a construir e aperfeiçoar. Esta é a única postura responsável que os médicos podem tomar.

Internato Médico na região Centro?

A Ordem dos Médicos está atenta e preocupada com a qualidade da formação médica e irá, com seus colégios de especialidade avaliar as condições de formação, assegurando parâmetros de qualidade e com a preocupação de formar os especialistas que o país precisa. 4

ENTREVISTA

COIMBRA

pelos médicos. A PEM é um absoluto fracasso e os seus aspectos bons, que também reconheço, não estão neste momento evidenciados. Não tenho nada contra a aplicação, acho que é excelente, que vai servir os médicos, os doentes, a organização dos cuidados de saúde, mas tem de funcionar. Se não está a funcionar temos de voltar ao sistema antigo, que é o SAM, e quando a PEM estiver a funcionar serei o primeiro a aplaudi-la.

O que significa a proposta de reorganização hospitalar para região?

A proposta é tão irreflectida e tem tão pouco em conta o país onde estamos e o momento que estamos a atravessar que não a posso levar a sério. E não sou o único, o próprio ministro e a ARSC também não a levam a sério. A portaria 82/2014 [publicada dia 10 de Abril em Diário da República] diz uma coisa em relação à perda de várias valências na região Centro, mas a ARSC garante que isso não vai acontecer e o ministro diz que aquilo é um documento ainda para ser trabalhado. Faz-se tudo ao contrário. Este ministério é perito em avançar com decisões irreflectidas e depois tenta emendá-las.

Mas concorda que é necessária uma reforma?

Tem de existir uma reestruturação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas este ministro

tem feito tudo menos isso. Temos um ministro das Finanças da Saúde que tem como única preocupação poupar. Fez um trabalho notável em áreas como a do medicamento - com a redução da margem de lucro da Indústria Farmacêutica e das farmácias, descendo o preço dos medicamentos - mas também aumentou as taxas moderadoras, alterou os transportes de doentes. Há hoje dificuldades de acesso ao SNS, dificuldades das unidades de saúde em fornecer medicamentos aos doentes, barreiras administrativas que dificultam a equidade.

SNS só se consegue manter graças ao

voluntarismo e sacrifício dos seus profissionais

Não eram imposições da “troika”?

O ministro da Saúde sabe que se foi muito além do que era exigido pela “troika”. A noção que tenho é que os cortes na saúde estão a servir para tapar buracos noutras áreas. Os hospitais estão sub-financiados, a realidade que estou a analisar é muito diferente da realidade edifica que é transmitida pelo Ministério da Saúde. Os problemas não estão só nas fraudes da saúde e no preço dos medicamentos. Todos os dias faltam reagentes, medicamentos e produtos nas unidades de saúde que impedem coisas simples co-



Serviço Nacional de Saúde, “hoje, só se consegue manter com o voluntarismo e sacrifício dos seus profissionais”

mo tempos operatórios. Tenho conhecimento de tempos operatórios que não são ocupados na região porque faltam, por exemplo, batas esterilizadas. São cortes cegos e indiscriminados.

Mas concorda que há desperdícios na saúde?

Efectivamente pode cortar-se na saúde, estudos internacionais estimam à volta de 15 a 20 por cento de desperdício na

saúde, mas é preciso identificar o que é desperdício e esse estudo aprofundado, com vista a tornar o sistema mais eficiente, está por fazer.

Porque é que denuncia um desinvestimento nos cuidados primários?

As Unidades de Saúde Familiar (USF) trazem comprovados ganhos de eficiência e qualidade para cidadãos e SNS. Num despacho publi-

cado recentemente, o ministro impõe um número máximo de 50 USF a criar este ano - e limita a 20 as que poderão mudar de modelo A para modelo B de gestão - mas, na verdade, com limitações de número por região, só poderão abrir no máximo metade. O discurso é totalmente diferente da prática: um dia vem dizer que quer um médico de família para todos os portugueses e no dia seguinte vem fazer exactamente o contrário. Se há desequilíbrio na distribuição dos médicos, o ministério tem de criar mecanismos para o resolver.

Que impacto têm tido estas políticas no SNS?

Este ano assinala-se os 35 anos do Serviço Nacional de Saúde. A Ordem dos Médicos vai festejá-lo na região e analisar o que é a realidade do SNS hoje, que, a meu ver, só se consegue manter com o voluntarismo e sacrifício dos seus profissionais e não pelo que faz o ministério, que tem prejudicado o SNS.

Em que fase está o projecto da Aldeia do Médico?

Estamos a fazer o estudo de viabilidade económica, que não existia, e muito rapidamente vamos perceber se há capacidade económica para pagar este projecto que envolve um compromisso de milhões de euros. É um projecto importante, damos grande prioridade ao apoio social aos

médicos e defendemos a construção de um espaço onde os médicos possam viver; ser apoiados e até terem momentos de lazer em família. Será uma prioridade mas com responsabilidade. A Aldeia do Médico arrasta-se, dentro da Ordem, há oito anos e é completamente impossível estar pronta em 2015 como tinha sido avançado. Para ter uma ideia, estamos, neste momento, a tratar do estudo geotécnico do terreno, que também não estava feito e é indispensável.

Que outros projectos tem a SRC?

Vamos ter um novo site, com funcionalidades que outras secções não têm, vai haver uma nova revista da Ordem e uma newsletter, que surgem da necessidade de informar permanentemente os médicos e a população. Vamos dinamizar diversos eventos na Ordem dos Médicos sobre temas sócio-profissionais, culturais, científicos e até do domínio jurídico. De resto, não nos vamos inibir nunca de dar opinião e de fazer o nosso trabalho, estamos a dedicar muito do nosso tempo à Ordem dos Médicos. Temos seis gabinetes a trabalhar em pleno e não há dia em que não haja reuniões para tratar de problemas da Ordem, dos médicos e dos doentes. É uma Ordem que está em ebulição, tem uma postura que penso que é responsável mas de grande intervenção. ◀

JORNADAS MÉDICO-DESPORTIVAS DA CLÍNICA REEQUÍLIBRA

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA (ISCAC) EM BENCANTA

12 e 13 de JUNHO 2014



Enf LUIS SIMÕES
Dr JOÃO PAULO
JORGE ANDRADE
Dr CARLA AMARAL
SÉRGIO CONCEIÇÃO
Dr ANTÓNIO MIGUEL
Dr NUNO ENGENHEIRO
Dr VITOR PEREIRA – FCP
JORGE MANUEL MENDES
PROFESSOR JOSÉ PEREIRA
Dr PEDRO SARAIVA – AAC
PROFESSOR JORGE SILVÉRIO FPF
PROFESSOR MARIO MONTEIRO – SLB
PROFESSOR Dr ESPREGUEIRA MENDES

Inscrição e Mais informações:
clinicareequilibra@gmail.com
www.facebook.com/ClinicaReequilibra
Rua Camara Pestana Nº 23 R/C – 3020 Coimbra
Telf. 239093305 e 918720564



S A L Ã O B R A Z I L

Espaço do Jazz ao Centro Clube
Telf. 239 837 078 | salaobrazil@gmail.com



Quinta, 12 Junho, 22h00
AUTORAMAS (BRASIL)
+ THE SKEPTICS (FRANÇA/BÉLGICA)
+ VICTOR TORPEDO DJ SET


Quarta, 11 Junho, 21h30
PECHAKUCHA NIGHT
+ THE GRAND ASTORIA (RÚSSIA) | 23h50

Sexta, 13 Junho, 22h30
VICTOR TORPEDO “KARAOKE”
+ THE WALKS + CARLOS DIAS DJ SET
+ SARDINHADA NO LARGO DO POÇO | 19h30

Sábado, 14 Junho, 18h00
OFICINA CULINÁRIA/JANTAR

Sábado, 14 Junho, 22h30
MÁRIO SANTOS QUARTETO – BLOCO A4





© PPHC, U.C. - 2014

Energia para a Sustentabilidade Universidade de Coimbra | MIT Portugal

Em articulação com a área de Sistemas Sustentáveis de Energia [SSE] do Programa MIT Portugal (que envolve também: IST, ISEG, FCUL e FEUP), a Universidade de Coimbra oferece, através da iniciativa Energy for Sustainability - EFS, um programa de formação avançada dirigido a engenheiros, arquitectos, economistas, gestores e outros profissionais com interesse na área, que inclui:

Mestrado [2º. Gdo] em Energia para a Sustentabilidade
Curso de Especialização em Energia para a Sustentabilidade
Candidaturas: 2.ª fase: 01 de junho a 15 de julho;
3.ª fase: 15 de agosto a 5 de setembro.

Áreas de Especialização:
Sistemas de Energia e Políticas Energéticas; Edifícios e Ambientes Urbanos; Climatização e Conforto

U C

www.uc.pt/efs